



Relações entre Psicologia e Pobreza: propostas de atuação decolonial

Relationships between Psychology and Poverty: decolonial action proposals

Relación entre Psicología y Pobreza: propuestas de acción descoloniales

Vilkiane Natércia Malherme Barbosa

Rochelly Rodrigues Holanda

Antonio Ailton de Sousa Lima

James Ferreira Moura Júnior

Daniele Jesus Negreiros

Deborah Christina Antunes

Nathalia Medeiros Mesquita

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza- CE, Brasil

Resumo

O desenvolvimento das desigualdades sociais, raciais e de gênero no Brasil tem suas origens no processo de colonização. Igualmente, a origem eurocêntrica, cientificista e colonial atravessa a Psicologia a partir da colonialidade. Utilizando fundamentos da Psicologia da Libertação e dos estudos decoloniais, tem-se como objetivo analisar a atuação com as comunidades em situação de pobreza como estratégia de decolonização da Psicologia brasileira. Resgatar a memória histórica, potencializar as ações de resistências coletivas interseccionais e enfrentar as desigualdades coloniais são estratégias apontadas para transformar de forma decolonial esse modo de fazer da Psicologia. O profissional deve questionar seus marcadores de privilégio e de opressão baseados em raça, classe, gênero e território. A atuação precisa utilizar metodologias participativas, potencializando as estratégias de resistências históricas das populações negras e indígenas e escolhendo as comunidades em situação de pobreza como campo de ação.

Palavras-chaves: Psicologia; Colonialidade; Decolonialidade; Pobreza.

Abstract

The development of social, racial and gender inequalities in Brazil has its origins in the colonization process. Likewise, the Eurocentric, scientific and colonial origin crosses Psychology from coloniality. Using the foundations of Liberation Psychology and decolonial studies, the aim is to analyze the work with communities in poverty as a strategy to decolonize Brazilian Psychology. Rescuing the historical memory, potentiating the actions of collective resistance and facing colonial inequalities are strategies pointed out to transform in a decolonial way this way of doing Psychology. The professional must question his markers of privilege

and oppression based on race, class, gender, and territory. The action needs to use participative methodologies, empowering the historical interseccional resistance strategies of the black and indigenous populations and choosing communities in poverty as a field of action.

Keywords: Psychology; Coloniality; Decoloniality; Poverty.

Resumen

El desarrollo de las desigualdades sociales, raciales y de género en Brasil tiene su origen en el proceso de colonización. Asimismo, los orígenes eurocéntricos, cientificistas y coloniales recorren la Psicología desde la colonialidad. Utilizando los fundamentos de la Psicología de la Liberación y de los estudios decoloniales, se pretende analizar el trabajo con comunidades en situación de pobreza como estrategia para descolonizar la Psicología brasileña. Rescatar la memoria histórica, potenciar las acciones de resistencia colectiva interseccional y enfrentar las desigualdades coloniales son estrategias señaladas para transformar de manera decolonial esta forma de hacer Psicología. Los profesionales deben cuestionar sus marcadores de privilegio y opresión basados en la raza, la clase, el género y el territorio. La acción debe utilizar metodologías participativas, reforzando las estrategias históricas de resistencia de las poblaciones negras e indígenas y eligiendo a las comunidades en situación de pobreza como campo de acción.

Palabras clave: Psicología; Colonialidad; Decolonialidad; Pobreza.

Introdução

A origem eurocêntrica e cientificista atravessa a Psicologia e o campo da Psicologia Social (Ferreira, 2010). Há um monopólio epistemológico do Norte Global que constitui os modos de produzir Ciência do Sul Global (Santos, 2019), pregando uma universalização do saber que se mostra incoerente com o contexto vivido na América Latina. Uma das consequências dessa construção epistemológica da Psicologia é a concepção de uma subjetividade universal, baseada nas perspectivas dominantes, eurocêntricas, brancas e heteronormativas, tornando as características desviantes desse padrão

como anormais e passíveis de intervenção para adequação (Watkins, 2015). Outra consequência é o aniquilamento de subjetividades não dominantes a partir da colonialidade, provocando mais dissonâncias psicossociais a estes grupos e responsabilizando ideologicamente os indivíduos oprimidos neste processo (Mayorga, 2014).

Assim, negligenciar a existência de outros contextos e o próprio papel da Ciência Psicológica na produção e reprodução de opressões é um dos perigos não reconhecidos nas epistemologias eurocêntricas (Bulhan, 2015). Nesse sentido, Martín-Baró (1996) aponta que a Psicologia pode servir para a manutenção

das desigualdades sociais, devendo a atuação centrar-se nas maiorias populares em situação de pobreza como estratégia para construção de um fazer psicológico crítico.

Dessa forma, desenvolver ações em Psicologia junto com pessoas em situação de pobreza a partir das suas potencialidades pode estar vinculado com um processo de decolonização da Ciência Psicológica (Lacerda, 2015). Ou seja, as estruturas coloniais presentes na Psicologia passariam a ser rompidas a partir da revisão e da recriação do seu modo de fazer (Phillips, Adams & Salter, 2015). Como base para as contribuições apresentadas, serão utilizados os fundamentos da Psicologia da Libertação e da Psicologia Comunitária como possibilidade de atuação decolonial da Psicologia.

Sendo a Psicologia da Libertação uma das bases epistemológicas para se pensar a Psicologia Comunitária no Brasil, a mesma nasce de um compromisso com a mudança social e é geralmente reconhecida como uma das vertentes da Ciência Psicológica que têm a pobreza como espaço estratégico de atuação em virtude do compromisso social de enfrentamento dessas condições de vulnerabilidade e opressão (Góis, 2012). No entanto, a

Psicologia Comunitária igualmente não está isenta de reproduzir padrões coloniais de epistemicídio e de invisibilidade de populações marginalizadas (Fernández, Sonn, Carolissen & Stevens, 2021; Phillips, Adams & Salter, 2015). Desse modo, a atuação com comunidades em situação de pobreza precisa ser desenvolvida em uma perspectiva decolonial.

Por decolonialidade compreende-se a construção de um campo epistêmico que valoriza as produções e os saberes de indivíduos, grupos e comunidades subalternizadas e historicamente silenciadas por um conhecimento universalizante fundado na colonialidade que reflete os valores e preocupações dos grupos sociais dominantes, como homens, brancos e heterossexuais das classes mais altas (Quijano, 1992). Assim, tem-se como objetivo analisar a atuação com as comunidades em situação de pobreza como estratégia de decolonização da Psicologia brasileira.

Este manuscrito está estruturado em duas seções, a primeira discorre sobre as relações da Psicologia brasileira com a pobreza, perpassando a historicização da Psicologia Comunitária na década de 1970. Um segundo eixo de discussão será a proposição de uma atuação com pessoas em

situação de pobreza com foco nos questionamentos dos traços coloniais ainda presentes na sociedade e na atuação da práxis psicológica, como também na formulação de estratégias decoloniais e interseccionais para mudança social efetiva.

Relações Da Psicologia Brasileira Com A Pobreza: Entre Questionamentos E Reprodução De Desigualdades

Há duas grandes vertentes do binômio indivíduo-sociedade na Psicologia: a Psicologia Social Psicológica, que enfatiza a análise dos processos intra individuais, e a Psicologia Social Sociológica, que privilegia os fenômenos sociais (Ferreira, 2010). Ainda que seus interesses sejam divergentes, as duas abordagens compartilham uma concepção ocidentalizada e uniformizada de indivíduo e de sociedade. A base ocidental e científica do conhecimento estrutura-se em um processo falacioso de universalização do conceito de ciência, de seus métodos e de modelos de interpretação da realidade (Vilela, 2012), incidindo na constituição da Psicologia. No Brasil, a crise política da década de 1960 e a intensa mobilização popular perante a suspensão de direitos fundamentais, impulsionaram o

questionamento e a reorganização da formação profissional da Psicologia, observando o caráter elitista e de ínfima consideração às demandas sociais emergentes (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Com o golpe militar em 1964 e a instalação de um dos regimes mais repressivos da história latino-americana (Martín-Baró, 1996), a Psicologia Social no Brasil, por meio da Psicologia Comunitária, passa a encarar como demanda a exigência de uma atuação mais concreta de intelectuais na organização social e política junto a comunidades em situação de pobreza. Essa perspectiva de atuação fundamenta-se no materialismo histórico-dialético e, por consequência, na necessidade de atuação junto a luta de classes, reconhecendo a classe como marcador relevante de processos de dominação e opressão (Góis, 2012). Essas experiências levam as psicólogas e os psicólogos a desenvolver atividades em comunidades visando a promoção de espaços possíveis de participação, conscientização e educação popular, reforçando o papel da Psicologia enquanto responsável por criar caminhos possíveis para a transformação da realidade e a promoção da emancipação (Lane, 1996).

No Brasil, a pobreza surge como produto do colonialismo, influenciando

modos de vida e configurando-se enquanto problema social (Siqueira, 2009). Com o processo de colonização, o racismo torna-se estrutural, impactando a pobreza e a riqueza a partir do recorte racial e, conseqüentemente, de gênero. Desse modo, o colonialismo deriva a colonialidade, perpassando as estruturas de poder hegemônico e constituindo a modernidade (Mignolo, 2008). A colonialidade do ser naturaliza o sofrimento das pessoas em situação de pobreza, porque somente são reconhecidos como humanos aqueles indivíduos que estão em estratos sociais mais altos (Quijano, 2005). O sofrimento, a violência e a discriminação vivenciadas pelas pessoas em situação de pobreza não são passíveis de indignação na sociedade e na própria Psicologia, concebendo os sujeitos empobrecidos como responsáveis pela sua situação (Ximenes et al., 2016).

Assim, questionar a identidade da modernidade é evidenciar relações de poder (Quijano, 2005), que se fundamentam na perspectiva racial, de gênero e de classe. Concebe-se a noção de colonialidade enquanto “[...] algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência” (Assis, 2014, p. 614). Desse modo, ressalta-se que a colonialidade perpassa várias

dimensões na vida do indivíduo outorgando seu papel e sua função social, bem como gerando assimetrias entre seus saberes, suas formas de ser e suas experiências cotidianas.

Há uma série de matrizes de opressão que podem se entrecruzar nas trajetórias das maiorias populares empobrecidas (Collins & Bilge, 2016). A partir da divisão racial do mundo criada pela colonização; os marcadores de raça e de classe estão interseccionados (Almeida, 2018), de modo que a maioria das pessoas em situação de pobreza é negra. É importante situar que as mulheres negras nessas matrizes de opressão são as mais atingidas pelas políticas de violência, de discriminação e de empobrecimento da sociedade (Collins & Bilge, 2016; Gonzalez, 2020). Assim, é necessário conceber que a colonialidade de gênero marca as mulheres, principalmente as negras, em lugares subalternizados na sociedade (Lugones, 2008).

A interseccionalidade deve ser um prisma de análise das trajetórias identitárias (Crenshaw, 1989), pois a intersecção dos marcadores identitários produz processos específicos de violação para cada pessoa, reconhecendo a intensidade das opressões vividas pelas mulheres negras periféricas

(Akotirene, 2019). A pobreza não se atrela apenas a privação material ou econômica, mas forja processos de discriminação, vergonha, humilhação, que se tornam mais intensos a partir dos marcadores de raça e gênero (Saffioti, 2013).

A fim de analisar os impactos do projeto sociocultural, econômico e político da colonização, é necessária a contextualização da sua evolução histórica até que haja uma compreensão dos seus impactos na sociedade atual. Com a expansão de uma economia oriunda do colonialismo, constitui-se no Brasil uma sociedade imbricada no trabalho escravo negro e indígena e, deste modo, nasce o que caracterizamos como elite branca mercantil, produzindo uma interlocução comercial de exportação entre metrópole e colônia a partir do regime escravocrata (Siqueira, 2009).

Pires e Costa (2000) relatam que essa relação estabelecida entre mercado externo e colônia brasileira acarretou grandes consequências a esta última. Sendo elas: 1) sentido da colonização, que se concretiza a partir da materialidade das relações coloniais e mercantis; 2) preeminência do capital comercial com base na colônia; 3) consolidação da economia europeia confluindo no funcionamento e permanência da

exploração do capital escravista-mercantil; e, por fim, 4) o surgimento de articulações que garantiram a persistência do capital escravista-mercantil e o enriquecimento da elite branca brasileira.

Nesse sentido, os marcadores raciais, de gênero e de classe se entrecruzam na sociedade brasileira, demarcando espaços bem específicos. Os homens brancos estavam situados em sua maioria em espaços de poder econômico e político; as mulheres brancas poderiam portar riqueza, mas não tinham possibilidade de exercer o poder político; os homens negros e as mulheres negras estavam situados em lugares subalternizados, sendo as mulheres negras passíveis de sofrerem mais violência física e sexual (Schwarcz, 2019).

Conforme o exposto, pode-se considerar que nos aproximamos de uma compreensão sócio-histórica do fenômeno da pobreza no Brasil e vislumbramos quais seriam seus efeitos a partir de uma abordagem psicossocial e interseccional. É possível apontar que a pobreza já fazia parte da realidade da sociedade brasileira no período colonial, mas tal fenômeno se intensificou a partir do momento em que a “[...] camada de desclassificados sociais foi se alargando até o século XVIII, predominantemente com negros livres,

mestiços, brancos sem trabalho e/ou biscateiros, mendigos, bastardos [...] se amesquinavam na sombra da caridade nas cidades” (Siqueira, 2009, p. 10).

Convém pontuar que os termos utilizados para se referir às pessoas em situação de pobreza ou de vulnerabilidade possuíam um teor pejorativo, a fim de depreciá-las. Com a divisão racial do mundo a partir da colonização, termos semelhantes passaram a ser utilizados para população negra e indígena, estigmatizando-os como não humanos, inferiores e passíveis de morte (Grosfoguel, 2016).

Mediante as alegações realizadas por Moura, et al. (2020), aponta-se que a pobreza pode ser percebida como consequência do sistema de escravidão e exploração da metrópole portuguesa em relação a colônia Brasileira. Desse modo, consideram-se o sistema comercial vigente da época e as condições de trabalho e vida aos negros libertos. Após o período colonial e a abolição do regime escravocrata com a Lei Áurea (Lei nº 3.353, 1888), que se caracterizou por ser um processo lento e gradual, findou-se o tráfico negreiro por meio do mercado atlântico, mas os padrões coloniais ainda permaneceram e permanecem vigentes. O racismo continua

afetando intensamente a vida de homens e mulheres a partir da colonialidade, sendo justificativa para as violências, as discriminações, os encarceramentos e o empobrecimento (Almeida, 2018).

Assim, “[...] o comércio interno de escravos mostrava-se cada vez mais uma alternativa dispendiosa para os proprietários, dada às circunstâncias políticas, econômicas e sociais que culminaram na Lei Áurea” (Vasconcelos & Oliveira, 2011, p. 148). O corpo negro passa por um novo processo de ressignificação no contexto social, agora tendo que enfrentar a pobreza somada à discriminação e à desigualdade racial. No entanto, as mulheres negras periféricas tiveram vivências singulares a partir do estabelecimento da divisão racial e sexual da sociedade, posicionando-as em espaços de exploração dos serviços domésticos e das violências sexuais contra seus corpos (Gonzalez, 2020).

As dificuldades encontradas pelos(as) ex-escravizados(as) em estabelecer um convívio social e inserir-se no mercado de trabalho mostram-se evidentes. Assim, é necessário compreender que o período pós-abolição, que historicamente fora encarado como um processo de “liberdade”, “[...] não

representou um movimento de ruptura e sim a continuidade dos padrões vigentes” (Almeida, 2018, p. 13). Concomitante à abolição da escravatura (1888), a sociedade brasileira sofria com transformações econômicas influenciadas pelo processo de urbanização e industrialização, possibilitando que as cidades se modernizassem, mas mantivessem a estrutura racializada da pobreza.

Almeida (2018) destaca que a partir desses contextos de transformações, inicia-se uma política de branqueamento com a chegada de imigrantes no país, atraindo um grande contingente populacional, que ocasionou um impulso vertiginoso na economia dessas regiões. Pitombeira, et al. (2019) pontuam que a chegada de imigrantes (brancos) após a abolição, dificultou a inserção dos negros nos processos produtivos e no mercado de trabalho. Assim, entende-se que o período pós-abolição foi um “marco” que intensificou o fenômeno da pobreza para as populações negras. Os autores acrescentam que não houve políticas de reparação para as populações negras e indígenas violadas, assassinadas e exploradas no período colonial.

Torna-se necessário pontuar que a pobreza deve ser compreendida de forma mais abrangente que a privação de renda,

pois, ao ser utilizado somente o fator econômico para abordá-la, é possível que não haja redução dos seus impactos (Accorssi & Scarparo, 2019). Sen (2010) aponta que há uma multiplicidade de métodos e indicadores de mensuração de pobreza. Dependendo de como é construída esta concepção, há diferentes pessoas definidas como pobres (Comim, 2005). Ademais, Nepomuceno e Ximenes (2019) analisam a pobreza como categoria teórica e empírica. Como categoria teórica, ela é constituída em uma problemática historicamente construída com dimensões econômicas, sociais, culturais e psicológicas. De forma empírica, afeta a vida da população brasileira imersa em um contexto de exclusão social, opressão e privação de condições adequadas de subsistência.

A pobreza constitui-se como um fenômeno opressor, pois opera nas condições de vida das pessoas, trazendo prejuízos que atravessam sua representatividade social e identitária a partir de preconceitos e estigmas relacionados à identidade de ser pobre (Moura et al., 2020). Portanto, aponta-se para um contexto brasileiro de desigualdades estruturais em que os marcadores sociais, como raça (Moura et al., 2020), gênero (Nepomuceno &

Ximenes, 2019), território e geração (Ximenes, Moura Júnior, Cruz, Silva & Sarriera, 2016) são elementos constitutivos de assimetrias sociais.

Em uma perspectiva complexa sobre a pobreza, compreende-se que mudanças para a sua erradicação precisam constituir-se na complexidade da realidade social e nas suas mais diversas dimensões e intersecções, desmantelando a colonialidade presente na manutenção das desigualdades na sociedade (Watkins, 2015). Aqui se situam práticas de profissionais, como psicólogos e psicólogas, que, não refletindo sobre a colonialidade e suas consequências na vida das pessoas em situação de pobreza, acabam por colaborar com a manutenção de dada ordem social e colonial.

A prática psicológica pode estar voltada para apontar as condutas dos sujeitos como causa de sua situação, culpabilizando-os por meio de diagnósticos e tentando “adaptá-los” (Suzuki, O’Shaughnessy, Roysircar, Ponterotto & Carter, 2019). Além disso, pode ser desenvolvida uma prática paternalista e assistencialista, individualizando a opressão para casos pontuais e omitindo a dimensão política e social dos marcadores de raça e de gênero (Moane, 2003). Os

saberes do campo psicológico podem ser reconhecidos como normatizadores e de “regramento e controle sobre a boa conduta social” (Veiga-Neto, 2011, p. 115), reproduzindo colonialidades. É exatamente no sentido de questionar esse modo de fazer da Psicologia, descortinar os padrões coloniais presentes e atuar junto com as maiorias empobrecidas da sociedade que se baseia uma proposta de atuação decolonial.

Atuação Junto Às Pessoas Em Situação De Pobreza Como Estratégia Decolonial De Atuação Em Psicologia

Diante das consequências do colonialismo na América Latina e no Brasil ainda presentes por meio da colonialidade, uma das vias a ser percorrida como possibilidade de emancipação e libertação tem sido a construção de uma Psicologia que se apresente como práxis, teoria e ação sobre o mundo, para possibilitar uma ação realmente transformadora das desigualdades (Moura et al., 2020). Essa transformação deve estar voltada para a decolonização das estruturas coloniais ainda presentes na sociedade, nas relações e no próprio psiquismo dos indivíduos (Lacerda, 2015).

Entende-se decolonizar como o

processo de transformar esses padrões coloniais em novas possibilidades de vida, de relação e de sociedade em que não estejam estabelecidas diferenciações hierárquicas baseadas em raça, gênero, classe, território e geração (Watkins, 2015). Soma-se a isso a formação de uma consciência crítica sobre as fontes estruturais de opressões. Os saberes decoloniais questionam a lógica colonizadora que classifica as populações do mundo em termos de raças, configurando um novo sistema de exploração que articula em uma estrutura todas as formas de controle do trabalho em torno da hegemonia do capital (Quijano, 1992). Martin Baró (1996), precursor do movimento decolonial na Psicologia (Lacerda, 2015), faz uma crítica à Ciência Psicológica, afirmando que sua atuação ainda se direciona a promover os interesses de classes mais privilegiadas. Desse modo, ele aponta tarefas urgentes para uma Psicologia da Libertação que atue junto às maiorias populares marginalizadas.

Inicialmente, entende-se que, para desideologizar as realidades do dia a dia e os padrões coloniais que constituem as sociedades e indivíduos, se faz necessário compreender as representações cotidianas não como neutras, mas como reflexos dos acontecimentos e contextos sociais

originados na colonização (Phillips et al., 2015). Nesse sentido, a atuação do(a) profissional psicólogo(a) implica estar junto(a) as pessoas em situação de pobreza de acordo com suas experiências cotidianas.

Como apontam Adams, Dobles, Gómez, Kurtis e Molina (2015), é necessário desenvolver metodologias participativas de forma conjunta com os sujeitos, questionando seus próprios privilégios de raça, classe, gênero, território e geração junto às pessoas historicamente situadas em processos de subalternização colonial. Nós, autores e autoras deste artigo, temos nossas trajetórias pautadas na escolha constante de atuar com as maiorias populares historicamente marginalizadas pela pobreza, pelo racismo, pelo machismo e suas intersecções. No entanto, essa atuação precisa estar pautada na reflexividade crítica (Weis & Fine, 2012). Esta se refere ao questionamento constante sobre como as ações têm sido desenvolvidas a partir das posicionalidades, das ideologias e dos locais de atuação do(a) psicólogo(a) (Evans, Duckett, Lawthom & Kivell, 2017).

A segunda tarefa consiste em uma Psicologia fundamentada na recuperação da memória histórica (Martín-Baró, 2011). A recuperação da memória histórica

representa uma mudança no esquecimento coletivo da violência histórica, possibilitando a consciência de alternativas possíveis contra a violência colonial (Adams et al., 2015). Assim, pode-se resgatar as estratégias de resistência negras e indígenas desenvolvidas historicamente contra as opressões, interseccionando a classe com a raça (Bernardino-Costa, 2015) e também com o gênero (Castro & Mayorga, 2019). Dessa maneira, pode-se realizar um processo de recuperação da memória histórica em diversos níveis, desde uma perspectiva mais comunitária até uma compreensão mais social, resgatando os movimentos de revolta popular, de lutas indígenas e de organizações quilombolas.

A Psicologia precisa produzir novos conhecimentos junto e com as populações historicamente resistentes à colonialidade, pois as trajetórias decoloniais estão vivas e presentes nas comunidades quilombolas, no cotidiano de batalha das mulheres negras da periferia (Bernardino-Costa, 2015) e nos conhecimentos das nações indígenas (Faria & Martins, 2020). Conforme aponta Moraes (2020), as resistências são produtos de processos de uma consciência coletiva e de autodefesa histórica contra as estruturas coloniais. Desse modo, é por meio de

processos histórico-críticos caracterizados por conflitos raciais, injustiças sociais, crises socioeconômicas, exploração e subalternização das relações de produção, bem como da hierarquização de sociedades em classes, que grupos socialmente subalternizados reivindicam por seus direitos.

Para Heckert (2014), práticas de resistência operacionalizam-se a partir de modos de vida individuais que se tornam uma ação coletiva, ao passo que essa atuação acontece em sua maioria de forma imprevisível e relacionada a outras experiências. Desse modo, reitera-se que as resistências se inscrevem nas entrelinhas cotidianas, como no enfrentamento diário da pobreza, do racismo, do machismo e da homofobia. Ainda conforme a autora, "o exercício de resistência é a afirmação da potência de ação que constitui o vivo" (Heckert, 2014, p. 477). Portanto, é necessário que o(a) psicólogo(a) tenha um olhar voltado às desigualdades com enfoque nos valores e potencialidades, a partir da produção de um "[...] corpo-geográfico-epistêmico que, historicamente, resiste às violências decorrentes dos efeitos da colonização, do genocídio e do epistemicídio dos nossos saberes emancipatórios da diáspora" (Castro &

Mayorga, 2019, p. 11). Com isso, exige-nos uma maior sensibilidade frente às práticas elaboradas por estes sujeitos em situação de pobreza e suas intersecções, para que assim se possa pensar conjuntamente estratégias possíveis e viáveis com suas realidades.

A terceira tarefa consiste em tentar compreender a realidade a partir da perspectiva dos povos subalternizados (Martin Baró, 1996). Ressalta-se que essa tarefa exige-nos uma postura e um compromisso ético-político para com as pessoas inseridas em processos de subalternização (Goes, Ximenes e Moura, 2015), devendo haver um descentramento do lugar da Psicologia e do profissional. Desse modo, pensar a realidade a partir da perspectiva destes povos proporciona uma análise em que os atravessamentos interseccionais de raça, classe e gênero devem ser centrais (Adams et al., 2015). Ou seja, é preciso atuar em Psicologia com foco nos processos de desumanizações históricas, como também das práticas de resistências efetuadas pelas populações marginalizadas. Nesse sentido, estas tarefas representam uma mudança de paradigma revolucionária e afirmam o seu compromisso com os povos subalternizados, sendo consideradas um esboço para atuação decolonial em Psicologia (Adams et al., 2015).

Para Freire (1979), a consciência crítica (ou conscientização) refere-se a uma compreensão reflexiva do mundo e ao reconhecimento da interconexão da experiência individual, social e estrutural. Desse modo, julga-se necessário entendermos as particularidades para a compreensão plural dos processos de conscientização. É preciso se desvencilhar das armadilhas da lógica colonial, na qual definimos o que seria melhor para o outro. Com isso, a formação da consciência crítica sobre as opressões vividas de forma sistêmica requer a escuta sensível das pessoas marginalizadas, para somente assim sermos capazes de construir respostas sobre o enfrentamento a essa realidade de forma coletiva (Watkins, 2015). É fundamental ter consciência da opressão colonial para mobilizar ações de enfrentamento ao cerne do problema, construindo respostas decoloniais a partir das trajetórias coloniais de resistência. Essas trajetórias são ferramentas críticas conceituais para desafiar a compreensão fundada na colonialidade das situações opressivas (Dutta, Azad & Hussain, 2021).

É importante mencionar que essas resistências devem ser reconhecidas como agências interseccionais, pois as pessoas em situação de pobreza enfrentam o classismo interseccionado com outras

distintas matrizes de dominação (Collins & Bilge, 2016). Assim, a partir daí, existiria a possibilidade de construção reflexiva sobre as conexões entre os diversos tipos de experiência individual e coletiva (Phillips et al, 2015), sendo as pessoas em situação de pobreza e suas intersecções o público prioritário para atuação por conta das desigualdades históricas e coloniais.

As comunidades devem ser entendidas como espaços de operacionalização das práticas decoloniais e interseccionais de enfrentamento das colonialidades. Ximenes et al (2016) afirmam que a comunidade é o *locus* de síntese das dimensões macroestruturais e microestruturais históricas, sendo necessária uma postura ético-política ao adentrar nas realidades destas comunidades. Desta maneira, intervenções eficazes em contextos de pobreza estão localizadas geograficamente e situadas na concretude da realidade material (Watkins, 2015). Com isso, é necessário dialogar com a dinâmica da comunidade, envolvendo organizações comunitárias (Dutta et al., 2021), atividades comunitárias (Góis, 2012) e políticas públicas em estratégias intersetoriais, inventivas e participativas (Dantas, 2007). Assim, acredita-se que este exercício quando operado de forma coletiva

tem sua possibilidade de transformação garantida, concretizando os processos de decolonização (Heckert, 2014).

No entanto, tal exercício implica tensões entre o sistema de seguridade social, destinado a assegurar direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social e o sistema capitalista enquanto atualização do sistema colonial. Essa relação contemporânea busca ativar seus usuários(as) para o mercado de trabalho assalariado como única forma possível e digna de proteção social. Para esses trabalhadores muitas vezes estão destinadas uma formação e uma atividade focadas somente na produção, sem base crítica e científica. Destaca-se, diante deste cenário, que a principal tarefa da psicóloga e do psicólogo deve ser pautar-se por uma atuação atenta e sensível para que não se reproduzam lógicas coloniais e autoritárias de uma Psicologia forjada em um monopólio epistemológico que perpetua práticas e saberes colonizadores (Fernández et al., 2021). Assim, as políticas públicas, em especial a de assistência social, precisam ser efetivadas como um direito do cidadão e um dever do Estado, garantido como parte da seguridade social o enfrentamento às desigualdades – ao contrário do que prega a perspectiva

neoliberal e a noção de Estado mínimo –, de forma que o Estado tenha o tamanho necessário para garantir o que está previsto como direito constitucional (Lessa, 2011).

Nesse sentido, partindo de um lugar sensível com experiências subalternizadas, é possível fortalecer a construção de identidades pessoais, coletivas e históricas afrontadoras dos padrões históricos coloniais. Portanto, para além da leitura de classe, fundamentalmente relevante à compreensão das opressões aqui descritas, os saberes emancipatórios passam a ser reivindicados por outros grupos como mulheres, negros(as), gays e lésbicas, travestis e transexuais, prostitutas e minorias étnicas (Castro & Mayorga, 2019). No ensejo dessas questões, é preciso potencializar laços de coletividade, autonomia e autogestão que possam garantir a estes sujeitos e suas sociedades possibilidades de transformação decolonial. Para isso, é necessário demarcar como pontos de partida a liberdade, o pensamento crítico e a garantia de um projeto de sujeito e sociedade democráticos, buscando a libertação e a construção de uma posição da Psicologia Social feita de muitas formas e promovendo a ressonância de muitas vozes, descentrando um suposto saber elitista e colonizado da própria Psicologia (Castro & Mayorga, 2019).

Com isso, reitera-se que as práticas comunitárias devem basear a atuação da Psicologia afirmando as alianças históricas dos grupos subalternizados e possibilitando a construção de redes de apoio, afeto e identificação para lidar de modo coletivo com dores construídas historicamente (Watkins, 2015). Além disso, é preciso construir formas de responsabilização e reparação que promovam outro projeto de sujeito e de sociedade, para além do que a colonialidade do ser tem produzido no mundo. A produção dessa narrativa única e universalizante é responsável por inúmeros genocídios e epistemicídios ao longo da história, atualizados de forma sofisticada na contemporaneidade contra as populações mais pobres (Castro & Mayorga, 2019).

Desse modo, a intervenção social comunitária, segundo Mayorga (2014, p. 223), se constitui como “[...] tentativa de resposta à necessidade de construir uma ciência não colonizada, voltada à emancipação das minorias sociais e para a superação das desigualdades pelos próprios grupos em situação de subordinação”. Para a autora, os contextos de pobreza, violências e desigualdades sociais vividos exigiram que a Psicologia se reinventasse acerca dos pontos de vista epistemológicos, teóricos e práticos para a produção de uma Ciência de cunho interventivo que

apresentasse um compromisso ético-político decolonial em sua práxis. Essa alternativa contribui com respostas mais complexas do que apenas aprender a lidar com determinadas opressões (Phillips et al., 2015).

Portanto, as respostas decoloniais de enfrentamento devem se basear na perspectiva epistemológica das pessoas oprimidas para obter percepções e alternativas aos entendimentos predominantes de bem-estar, consciência e paz, promovendo a consciência crítica em vez da negação da identidade, provocando e problematizando epistemologias dominantes que têm naturalizado a injustiça racializada da ordem global moderna (Phillips et al., 2015).

Considerações Finais

A Psicologia tem sua origem em um conhecimento eurocêntrico fundado na colonialidade, sendo constituída de práticas hegemônicas de manutenção de desigualdades coloniais. A pobreza é concebida como uma realidade intensificada e massificada a partir do período colonial, estabelecendo também um lugar específico para as mulheres e os homens negros(os) e indígenas

empobrecidas(os) na sociedade e na própria forma de relação com a Ciência Psicológica.

Assim, é premente o desenvolvimento de uma revisão dos modos de produzir conhecimento e atuar em Psicologia, devendo as populações em situação de pobreza em suas trajetórias interseccionais de resistência serem prioritárias nos processos de decolonização da Psicologia. Resgatar a memória histórica, potencializar as ações de resistência coletivas e enfrentar as desigualdades coloniais são estratégias apontadas para transformar de forma decolonial esse modo de fazer a Ciência Psicológica a partir do questionamento constante do(a) profissional, da utilização de metodologias participativas e da atuação em comunidades em situação de pobreza.

Referências

- Accorssi, A. & Scarparo, H. B. K. (2019). Social representations of poverty. In: Ximenes, V. M., Moura Jr, J., Cidade, E. C., Nepomuceno, B. B., (Org.). *Psychosocial Implications of Poverty: Diversities and resistances* (pp. 17-36). 1.ed. Cham Switzerland: Springer.
https://doi.org/10.1007/978-3-030-24292-3_2

- Adams, G., Dobles, I., Gómez, L. H., Kurtiş, T. & Molina, L. E. (2015). Decolonizing Psychological Science: Introduction to the special thematic section. *Journal of Social and Political Psychology*, 3(1), 213-238. doi: <https://doi.org/10.5964/jspp.v3i1.564>
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo, Brasil: Pólen Produção Editorial.
- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, Brasil: Letramento.
- Assis, W. F. T. (2014). Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*, 27(72), 613-627. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300011>.
- Bernardino-Costa, J. (2015). Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, 30(1), 147-163. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>
- Bulhan, H. A. (2015). Stages of colonialism in Africa: From occupation of land to occupation of being. *Journal of Social and Political Psychology*, 3(1), 239-256. doi: <https://doi.org/10.5964/jspp.v3i1.143>
- Castro, R. D. & Mayorga, C. (2019). Decolonialidade e pesquisas narrativas: Contribuições para a Psicologia Comunitária. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14 (3), 1-18. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082019000300011
- Collins, P. H. & Bilge, S. (2016). *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press.
- Comim, F. (2005). Capabilities and happiness: Potential synergies. *Review of Social Economy*, 63(2), 161-176. doi: <https://doi.org/10.1080/00346760500129871>
- Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 140, 139-167.
- Dantas, C. M. B. (2007). *Psicologia e pobreza no Brasil: Limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ciências Humanas: Letras e Artes. Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17572> .
- Dutta, U., Azad, A. K. & Hussain, S. M. (2021). Counter Storytelling as Epistemic Justice: Decolonial Community-based Praxis from the Global South. *American Journal of Community Psychology*. <https://doi.org/10.1002/ajcp.12545>
- Evans, S. D., Duckett, P., Lawthom, R. & Kivell, N. (2017). Positioning the critical in community psychology. In: M. A. Bond, I. Serrano-García, C. B.

- Keys & M. Shinn (Eds.). *APA handbook of community psychology: Theoretical foundations, core concepts, and emerging challenges* (pp. 107–127). American Psychological Association. doi: <https://doi.org/10.1037/14953-005>
- Faria, L. L. & Martins, C. P. (2020). Fronteiras coloniais, Psicologia da Libertação e a desobediência indígena. *Psicologia para América Latina*, (33), 33-42. Recuperado em 20 de outubro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2020000100005&lng=pt&tlng=pt
- Fernández, J. S., Sonn, C. C., Carolissen, R. & Stevens, G. (2021). Roots and routes toward decoloniality within and outside psychology praxis. *Review of General Psychology*. doi: <https://doi.org/10.1177/10892680211002437>
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(SPE), 51-64. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Freire, P. (1979). *Conscientização, teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Cortez & Morales.
- Góis, C. W. L. (2012). *Psicologia clínico-comunitária*. Fortaleza, Brasil: Banco do Nordeste.
- Gonzalez, L. (2020). Por um feminismo afro-latino-americano. In: Hollanda, H. B. (Org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 38–51). Rio de Janeiro, Brasil: Bazar do Tempo.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, 31 (1), 25-49. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>
- Heckert, A. L. C. (2014). Os exercícios de resistência no contemporâneo: Entre fabulações e contágios. *Psicologia em Estudo*, 19 (3). 469-479.
- Lacerda, F. (2015). Insurgency, theoretical decolonization and social decolonization: Lessons from Cuban Psychology. *Journal of Social and Political Psychology*, 3 (1), 298-323. doi: <https://doi.org/10.5964/jspp.v3i1.154>
- Lane, S. T. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: Campos, F. R. H., Lane, S. T. M., Sawaia, B. B., Freitas, M. D. F. Q., Guareschi, P. & Nasciutti, J. C. R. *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Lessa, S. E. D. C. (2011). A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores. *Serviço Social & Sociedade*, 284-313.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, (9), 73-102.

- Recuperado de http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892008000200006&lng=en&tlng=pt.
- Mayorga, C. (2014). Some contributions of feminism to community social psychology. *Athenea Digital*, 14 (1), 221-236. doi: <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1089>
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 7-27. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Martín-Baró, I. (2011). Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-Americana. In: Guzzo, R. S. L. & Lacerda J. F. *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 199-220), 2 ed. Campinas, Brasil: Alínea.
- Mignolo, W. D. (2008). La opción decolonial: Desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. *Tabula Rasa*, 8, 243-281. doi: <https://doi.org/10.25058/20112742.331>
- Moane, G. (2003). Bridging the personal and the political: Practices for a liberation psychology. *American Journal of Community Psychology*, 31 (1/2), 91-101. doi: <https://doi.org/10.1023/A:1023026704576>
- Moraes, E. L. (2020) Interseccionalidade: um estudo sobre a resistência das mulheres negras à opressão de gênero, de raça e de classe. *Letras & Letras*, 36(1), 261-276. doi: <https://doi.org/10.14393/LL63-v36n1-2020-14>
- Moura Jr, J., Barbosa, V. N. M., Sarriera, J. C., Segundo, D. S. A., & Lima, A. A. S (2020). Práticas interseccionais de discriminação contra mulheres negras: Um estudo sobre vergonha e humilhação. *Revista Psicologia Política*, 20(48), 262-278. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200002&lng=pt&tlng=pt.
- Moura Jr, J., & Sarriera, J. (2020). Vergonha e humilhação relacionadas com a estigmatização da pobreza: Um estudo qualitativo. *Revista de Psicologia da IMED*, 12 (2), 108-125. doi: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3600>
- Nepomuceno, B. B. & Ximenes, V. M. (2019). Apoio social e saúde mental em mulheres em contextos de pobreza no Brasil. *Revista Interamericana De Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 53 (2), 208–218. doi: <https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v53i2.1059>
- Pitombeira, D. F.; Melo, J. F.; Moura, J. F.; e Bomfim, Z. Á. C. (2019). Reflexões decoloniais sobre as relações entre pobreza e racismo no contexto brasileiro. *Capoeira – Revista de Humanidades e Letras*, 5(2), 197-215. Recuperado de <https://www.capoeirahumanidadeseltras.com.br/ojs-2.4.5/index.php/capoeira/article/view/215>

- Phillips, N. L., Adams, G. & Salter, P. S. (2015). Beyond adaptation: Decolonizing approaches to coping with oppression. *PsychOpen GOLD*. <http://dx.doi.org/10.23668/psycharchives.1786>
- Pires, J. M. & Costa, I. D. N. (2000). O capital escravista-mercantil: Caracterização teórica e causas históricas de sua superação. *Estudos Avançados*, 14 (38), 87-120. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/artic le/view/9506>
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, 13 (29), 11-20.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas* (pp. 38–51). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso.
- Rodrigues, J. S. & Barros, J. P. P. (2019). Familiares de Jovens Assassinados: uma revisão sistemática de literatura. *Revista de Psicologia da UFC*, v. 10, p. 177. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/32996>
- Saffioti, H. I. B. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Ed. 3. São Paulo, Brasil: Expressão Popular.
- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Santos, B. D. S. (2019). *O fim do império cognitivo: afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Siqueira, M. P. S. (2009). Pobreza no Brasil Colonial: Representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. *Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, 34, 05-15. Recuperado de <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/texto01.pdf>
- Suzuki, L. A., O'Shaughnessy, T. A., Roysircar, G., Ponterotto, J. G. & Carter, R. T. (2019). Counseling psychology and the amelioration of oppression: Translating our knowledge into action. *The Counseling Psychologist*, 47(6), 826–872. <https://doi.org/10.1177/0011000019888763>
- Vasconcelos, M. E. & Oliveira, M. F. (2011). O combate à ociosidade e amarginalização dos libertos no pós-emancipação. *CES Revista*, 25, 147-148. Recuperado de <https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/645>
- Veiga-Neto, A. (2011) Incluir para excluir. In: Larrosa, J. & Skliar, C. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica.

Vilela, A. M. J. (2012). História da Psicologia no Brasil: Uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32 (SPE), 28-43. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500004>

Watkins, M. (2015). Psychosocial Accompaniment. *Journal of Social and Political Psychology*, 3(1), 324–341. doi: <https://doi.org/10.5964/jspp.v3i1.103>

Weis, L. & Fine, M. (2012). Critical bifocality and circuits of privilege: Expanding critical ethnography theory and design. *Harvard Educational Review*, 82(2), 173-201. doi: <https://doi.org/10.17763/haer.82.2.v1jx34n441532242>

Ximenes, V. M., Moura Júnior, J. F., Cruz, J. M., Silva, L. B. D., & Sarriera, J. C. (2016). Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. *Estudos de Psicologia (Online)*, 21, 146- 156. doi: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160015>

Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. D. (2010). Política Social e Psicologia: Uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(SPE), 9-24. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>

Vilkiane Natércia Malherme Barbosa. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza- CE, Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3048-9316>.

E-mail: vilkimalherme@outlook.com

Rochelly Rodrigues Holanda. Doutoranda (Bolsista FUNCAP- CE) em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza- CE, Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9901-9451>.

E-mail: rchlholanda@gmail.com

Antonio Ailton de Sousa Lima. Mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5696-2255>

E-mail: ailtonlimah12@gmail.com.

James Ferreira Moura Júnior. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza- CE, Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0595-5861>.

E-mail: james.mourajr@unilab.edu.br

Daniele Jesus Negreiros. Doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza- CE, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9467-429X>

E-mail: danielejn@gmail.com

Deborah Christina Antunes. Professora Associada I do Instituto de Cultura e Arte (ICA) da Universidade Federal do Ceará-UFC. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - UFC.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5101-3811>

E-mail: deborahantunes@ufc.br

Nathália Medeiros Mesquita. Mestranda em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará- UFC.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0546-1757>

E-mail: nathalia_mpe@hotmail.com

Enviado em: 06/07/2021

1ª rodada: 25/08/2021

2ª rodada: 27/09/2021

3ª rodada: 07/02/2022

Aceito em: 07/03/2022
